



Número: **0602113-53.2022.6.16.0000**

Classe: **RECURSO**

Órgão julgador colegiado: **Colegiado do Tribunal Regional Eleitoral**

Órgão julgador: **Juiz Auxiliar - Melissa de Azevedo Olivas**

Última distribuição : **27/08/2022**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Assuntos: **Pesquisa Eleitoral, Pesquisa Eleitoral - Divulgação de Pesquisa Eleitoral Fraudulenta, Pesquisa Eleitoral - Registro de Pesquisa Eleitoral**

Objeto do processo: **Representação Eleitoral 0602113-53.2022.6.16.0000 proposta pelo Movimento Democrático Brasileiro - Paraná - PR - Estadual, em face de Inteligência em Pesquisa e Consultoria Ltda e TV Paranaense - Rede Paranaense, com fundamento no artigo art. 16, par. 1º e 2º, da Res. 23 .600/TSE, para impugnação da pesquisa registrada no sistema da Justiça Eleitoral sob nº PR-07859/2022, alegando que foram encontradas falhas que desvirtuam a finalidade da pesquisa: 3.1. - questionário que exclui eleitores, apenas por não terem votado nas últimas eleições. Motivo que não impede a votação nesta oportunidade. Ausência de confiabilidade e exclusão de grande parcela da população eleitoreira. 3.2. - Da ausência de assinatura/certificado digital do profissional estatístico. 3.3. - Da flagrante divergência em relação ao grau de instrução do plano amostral e aquele da base de dados utilizada. 3.4 Incompatibilidade entre os critérios referentes ao nível econômico constante no plano amostral em confrontação com o questionário. (Requer: a) liminarmente, a suspensão imediata da divulgação (art. 16, par. 1º e 2º, da Res. 23 .600/TSE), por quem quer que seja, dos resultados da pesquisa ora impugnada, arbitrando multa diária de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para o caso de descumprimento, pela empresa Impugnada, devendo estar ser citada e intimada por mensagem instantânea, nos termos do art. 5º, V, art. 13, par. 4º e art. 16 e parágrafos, todos da Res. 23 .600/TSE; b) também liminarmente e sem prejuízo do pedido anterior, seja de ferida acesso, pelo Impugnante, ao sistema interno de controle, à verificação e à fiscalização de coleta de dados, incluídos os referentes à identificação dos entrevistadores e, por meio de escolha livre e aleatória de planilhas individuais, mapas ou equivalentes, confrontar e conferir os dados publicados, preservada a identidade dos entrevistados (art. 13, da Res. 23.453/TSE), bem como acesso ao relatório entregue ao solicitante da pesquisa e ao modelo do questionário aplicado, para facilitar a conferência das informações divulgadas, tudo nos termos do referido art. 13, devendo as informações serem entregues em mídia (par. 8º, do art. 13), diretamente ao Impugnante; e) ao final, que se já julgada totalmente procedente a presente, confirmando a liminar deferida, para, reconhecendo a ilegalidade da pesquisa, indeferir o seu registro e determinar que aos Impugnados e interessados que se abstenham de divulgá-la, sob pena de multa (astreintes) de R\$ 200.000,00 ao dia.)**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes	Procurador/Terceiro vinculado
--------	-------------------------------

MOVIMENTO DEMOCRATICO BRASILEIRO - PARANA - PR - ESTADUAL (RECORRENTE)		LUIZ FERNANDO ZORNIG FILHO (ADVOGADO) LUIZ GUSTAVO DE ANDRADE (ADVOGADO) MIRIAM CIPRIANI GOMES (ADVOGADO) CLAUDIA JACOB ROCKEMBACH (ADVOGADO) FERNANDA RODRIGUES REIS (ADVOGADO) RAFAEL BANNACH MARTINS (ADVOGADO) LARISSA ANACLETO DO NASCIMENTO (ADVOGADO) MARCELA SENISE DE OLIVEIRA MARTINS (ADVOGADO) CARLA QUEIROZ (ADVOGADO)	
INTELIGENCIA EM PESQUISA E CONSULTORIA LTDA (RECORRIDO)		ANDREI DIAS ANDRADE (ADVOGADO) ANDRE DIAS ANDRADE (ADVOGADO) NATALLIA LIMA SOUZA (ADVOGADO)	
SOCIEDADE RADIO EMISSORA PARANAENSE SA (RECORRIDO)		RODRIGO XAVIER LEONARDO (ADVOGADO) AMANDA PERLI GOLOMBIEWSKI (ADVOGADO) JOAO PAULO CAPELOTTI (ADVOGADO)	
Procurador Regional Eleitoral1 (FISCAL DA LEI)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
43090328	06/09/2022 11:30	<u>Acórdão</u>	Acórdão



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

ACÓRDÃO Nº 61.126

RECURSO 0602113-53.2022.6.16.0000 – Curitiba – PARANÁ

Relator: MELISSA DE AZEVEDO OLIVAS

RECORRENTE: MOVIMENTO DEMOCRATICO BRASILEIRO - PARANA - PR - ESTADUAL

ADVOGADO: LUIZ FERNANDO ZORNIG FILHO - OAB/PR27936-A

ADVOGADO: LUIZ GUSTAVO DE ANDRADE - OAB/PR35267-A

ADVOGADO: MIRIAM CIPRIANI GOMES - OAB/PR16759-A

ADVOGADO: CLAUDIA JACOB ROCKEMBACH - OAB/PR84130-A

ADVOGADO: FERNANDA RODRIGUES REIS - OAB/PR94610

ADVOGADO: RAFAEL BANNACH MARTINS - OAB/PR100687

ADVOGADO: LARISSA ANACLETO DO NASCIMENTO - OAB/PR109539

ADVOGADO: MARCELA SENISE DE OLIVEIRA MARTINS - OAB/PR112302

ADVOGADO: CARLA QUEIROZ - OAB/PR87815-A

RECORRIDO: INTELIGENCIA EM PESQUISA E CONSULTORIA LTDA

ADVOGADO: ANDREI DIAS ANDRADE - OAB/PR43603

ADVOGADO: ANDRE DIAS ANDRADE - OAB/PR37504

ADVOGADO: NATALLIA LIMA SOUZA - OAB/SP307674

RECORRIDO: SOCIEDADE RADIO EMISSORA PARANAENSE SA

ADVOGADO: RODRIGO XAVIER LEONARDO - OAB/PR0027175

ADVOGADO: AMANDA PERLI GOLOMBIEWSKI - OAB/PR0061714

ADVOGADO: JOAO PAULO CAPELOTTI - OAB/PR0056112

FISCAL DA LEI: Procurador Regional Eleitoral

EMENTA. ELEIÇÕES 2022. RECURSO ELEITORAL. IMPUGNAÇÃO AO REGISTRO DE PESQUISA ELEITORAL. DIVERGÊNCIA ENTRE AS FONTES INDICADAS E O PLANO AMOSTRAL NÃO DEMONSTRADA. CRITÉRIOS REFERENTES AO NÍVEL ECONÔMICO COMPATÍVEIS COM O QUESTIONÁRIO. AUSÊNCIA DE IMPEDITIVO LEGAL À EXCLUSÃO DE ELEITORES QUE NÃO VOTARAM NAS ÚLTIMAS ELEIÇÕES. SISTEMA INTERNO DE CONTROLE E VERIFICAÇÃO SUFICIENTEMENTE INDICADO NO PLANO AMOSTRAL. INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO ART. 33 DA LEI 9.504/97 OU À RESOLUÇÃO Nº 23.600/2019 DO TSE. IMPROCEDÊNCIA



**ESCORREITA. SENTENÇA MANTIDA.
RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.**

1. A pesquisa eleitoral realizada a partir de 1º de janeiro do ano da eleição está sujeita ao registro de informações perante a Justiça Eleitoral.
2. Em que pesem as insurgências da recorrente, não restou comprovada divergência entre as fontes indicadas e o plano amostral no que se refere ao grau de instrução.
3. Questionário que se mostra compatível com o plano amostral no que se refere ao nível econômico.
4. A exclusão de eleitores que não votaram na última eleição não encontra vedação legal.
5. O sistema de controle e verificação encontra-se indicado no plano amostral, inexistindo a alegada fragilidade.
6. Não havendo motivos para proibir a divulgação da pesquisa eleitoral e seu registro, deve permanecer imaculada a sentença de improcedência.
7. Recurso conhecido e não provido.

DECISÃO

À unanimidade de votos, a Corte conheceu do recurso, e, no mérito, negou-lhe provimento, nos termos do voto da Relatora.

Curitiba, 05/09/2022

RELATOR(A) MELISSA DE AZEVEDO OLIVAS

I – RELATÓRIO

Trata-se de Recurso Eleitoral (id 43065861) interposto pelo **Diretório Estadual do Movimento Democrático Brasileiro – MDB** em face da sentença de id 43064273 que julgou improcedente a Impugnação ao Registro de Pesquisa Eleitoral nº PR-07859/2022 movida em face de



Inteligência em Pesquisa e Consultoria Ltda. (IPEC) e Sociedade Rádio Emissora Paranaense S.A..

Em apertada síntese, sustenta: **a)** flagrante divergência em relação ao grau de instrução do plano amostral e aquele das bases de dados utilizadas; **b)** incompatibilidade entre os critérios referentes ao nível econômico constantes do plano amostral em confrontação com o questionário; **c)** questionário que exclui eleitores, apenas por não terem votado nas últimas eleições, acarretando ausência de confiabilidade e exclusão de grande parcela da população apta ao voto; **d)** fragilidade no sistema interno de “controle” e “conferência”. Requer, assim, que as representadas deixem de veicular o resultado da pesquisa sob pena de multa.

As recorridas **Inteligência em Pesquisa E Consultoria Ltda. (IPEC) e Sociedade Rádio Emissora Paranaense S.A.** ofereceram, respectivamente nos ids 43068583 e 43069005, suas contrarrazões. Pretendem a manutenção da sentença.

É o breve relato.

II – VOTO

Presentes os pressupostos de admissibilidade, e considerando a tempestividade de interposição, o recurso deve ser conhecido.

Trata-se de impugnação ao registro de pesquisa eleitoral, tendo o Diretório recorrente sustentado em sede recursal 04 supostas violações legais para, assim, justificar seu pedido de não veiculação da pesquisa tida como irregular.

Pois bem, o art. 33 da Lei nº 9.504/97 prevê:

Art. 33. As entidades e empresas que realizarem pesquisas de opinião pública relativas às eleições ou aos candidatos, para conhecimento público, são obrigadas, para cada pesquisa, a registrar, junto à Justiça Eleitoral, até cinco dias antes da divulgação, as seguintes informações:

I - quem contratou a pesquisa;

II - valor e origem dos recursos despendidos;

III - metodologia e período de realização da pesquisa;

IV - plano amostral e ponderação quanto a sexo, idade, grau de instrução, nível econômico e área física de realização do trabalho a ser executado, intervalo de confiança e margem de erro;

V - sistema interno de controle e verificação, conferência e fiscalização da coleta de dados e do trabalho de campo;

VI - questionário completo aplicado ou a ser aplicado;

VII - nome de quem pagou pela realização do trabalho e cópia da respectiva nota fiscal.

§1º As informações relativas às pesquisas serão registradas nos órgãos da Justiça Eleitoral aos quais compete fazer o registro dos candidatos.



§2º A Justiça eleitoral afixará no prazo de vinte e quatro horas, no local de costume, bem como divulgará em seu sítio na internet, aviso comunicando o registro das informações a que se refere este artigo, colocando-as à disposição dos partidos ou coligações com candidatos ao pleito, os quais a elas terão livre acesso pelo prazo de 30 (trinta) dias. (...)

Assim, passa-se à análise dos 04 pontos trazidos em sede recursal:

a) flagrante divergência em relação ao grau de instrução do plano amostral e aquele das bases de dados utilizadas

O recorrente sustenta, em relação ao grau de instrução, que o percentual do eleitorado estabelecido no plano amostral não encontra correlação com a base de dados do eleitorado paranaense, extraída do site do TSE e do PNADC 2020, apontado pela recorrida responsável pela pesquisa.

Pois bem, consoante jurisprudência deste Egrégio Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, a legislação eleitoral não impõe a utilização de uma única fonte de dados ou proíbe a aplicação conjunta de fontes diversas, sendo exigida apenas a especificação da origem de onde os dados foram extraídos:

EMENTA - ELEIÇÕES 2020. PESQUISA ELEITORAL. RES. TSE Nº 23.549/17. METODOLOGIA DA PESQUISA. IMPOSIÇÃO DE NOVOS REQUISITOS DE REGULARIDADE. NÃO CABIMENTO. REUNIÃO DE FAIXAS. PERMITIDA COM INDICAÇÃO CORRETA DAS FONTES. AUSÊNCIA DE IRREGULARIDADES GRAVES. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. *A norma eleitoral prevê uma série de regras para a divulgação de pesquisas eleitorais, mas não há como se pretender que o Judiciário imponha à empresa de pesquisa requisitos não insculpidos na norma de regência. (...).* (TRE-PR, RE nº 060095062, rel. Des. Fernando Quadros da Silva, PSESS 13/11/2020).

No caso posto, tem-se que foram indicadas as fontes das informações.

E, embora o recorrente sustente que “...com simples cálculos matemáticos percebe-se que não houve respeito à realidade eleitoral...”, verifica-se que os cálculos apresentados foram realizados de forma diversa daquele empregado pela responsável pela pesquisa.

Com efeito, restou esclarecido que a recorrida “...utiliza os dados da PNADC 2020 (População 18+) combinado com os dados do TSE (APTOS A VOTAR e COMPARECIMENTO).”, bem como que “...é necessário fazer um ajuste com base no perfil do comparecimento nas eleições de 1º turno de 2018 (última eleição para governador). O fator de ajuste é calculado usando os dados de APTOS A VOTAR e COMPARECIMENTO do TSE...”

Ou seja, para a composição da amostra foi feita a combinação de dados da PNADC, com dados do TSE relativos aos aptos a votar e perfil de comparecimento nas eleições de 1º turno de 2018.

Entretanto, tem-se que no cálculo realizado pelo recorrente é feita uma média simples entre os percentuais constantes do PNADC e percentual que extraiu do total de eleitores aptos (indicado como 42% para mulheres e 44% homens).

Ainda, inclui-se o nível “superior incompleto” no quadro “até ensino médio”, não tendo sido



considerados os dados relativos àqueles que não informaram o grau de instrução.

Portanto, tem-se que os cálculos apresentados pelo recorrente não servem a infirmar o método utilizado pela recorrida.

Assim, deve permanecer irretocável a sentença guerreada.

b) incompatibilidade entre os critérios referentes ao nível econômico constantes do plano amostral em confrontação com o questionário

Neste campo, a insurgência do representante refere-se ao fato dos itens do questionário não corresponderem aos critérios estabelecidos no plano amostral, quanto ao nível econômico.

Essa conduta, segundo o recorrente, indicaria intenção de distorcer o resultado da pesquisa.

Quanto a este ponto, o Instituto de Pesquisa (id 43058557) esclareceu que o enquadramento em população economicamente ativa e não economicamente ativa não é realizado em razão da renda declarada, mas sim com base no preenchimento do campo de nível econômico que consta no início do questionário, do lado direito. Que a partir dele o respondente indica a sua função/atividade, e sua posição na ocupação, conforme figura abaixo:

ATENÇÃO ENTREVISTADOR: ENTREVISTAR SOMENTE ELEITORES DO PARANÁ			
SEXO-SEXO		ALFABETIZAÇÃO: Sabe ler e escrever um bilhete simples? (R/U)	
Masculino	01a	Sim	01a
Feminino	02a	Não	02a
IDADE		ESCOLARIDADE: Até que ano da Escola você cursou e?	
[] anos		Analfabeto	01a
		Sabe ler e escrever, mas não cursou escolas	02a
FIXIDADE-FIXIDADE		ENSINO-FUNDAMENTAL	
15 a 17 anos	01a	APÓS 1971	ATÉ 1971
18 a 24 anos	02a	1ª GRAU/Fundamental II	PRIMÁRIO
25 a 34 anos	03a	Pré-escola (ou 1ª ano)	Pré-escolas
35 a 44 anos	04a	1ª série (ou 2ª ano)	1ª série
45 a 54 anos	05a	2ª série (ou 3ª ano)	2ª série
55 a 64 anos	06a	3ª série (ou 4ª ano)	3ª série
65 a 74 anos	07a	4ª série (ou 5ª ano)	4ª ou 5ª série
75 a 84 anos	08a	5ª série (ou 6ª ano)	6ª série
85 anos e mais	09a	6ª série (ou 7ª ano)	7ª série
RACIA - PRAÇA: A sua cor ou raça é (LEIA AS ALTERNATIVAS - R/U)		EMPRESA	
Branca	01a	1ª GRAU/Fundamental II	GINÁSIO
Preta	02a	2ª série (ou 3ª ano)	1ª série
Parda	03a	3ª série (ou 4ª ano)	2ª série
Amarela	04a	4ª série (ou 5ª ano)	3ª série
Indígena	05a	5ª série (ou 6ª ano)	4ª série
		6ª série (ou 7ª ano)	5ª série
		7ª série (ou 8ª ano)	6ª série
		8ª série (ou 9ª ano)	7ª série
		9ª série (ou 10ª ano)	8ª série
		10ª série (ou 11ª ano)	9ª série
		11ª série (ou 12ª ano)	10ª série
		12ª série (ou 13ª ano)	11ª série
		13ª série (ou 14ª ano)	12ª série
		14ª série (ou 15ª ano)	13ª série
		15ª série (ou 16ª ano)	14ª série
		16ª série (ou 17ª ano)	15ª série
		17ª série (ou 18ª ano)	16ª série
		18ª série (ou 19ª ano)	17ª série
		19ª série (ou 20ª ano)	18ª série
		20ª série (ou 21ª ano)	19ª série
		21ª série (ou 22ª ano)	20ª série
		22ª série (ou 23ª ano)	21ª série
		23ª série (ou 24ª ano)	22ª série
		24ª série (ou 25ª ano)	23ª série
		25ª série (ou 26ª ano)	24ª série
		26ª série (ou 27ª ano)	25ª série
		27ª série (ou 28ª ano)	26ª série
		28ª série (ou 29ª ano)	27ª série
		29ª série (ou 30ª ano)	28ª série
		30ª série (ou 31ª ano)	29ª série
		31ª série (ou 32ª ano)	30ª série
		32ª série (ou 33ª ano)	31ª série
		33ª série (ou 34ª ano)	32ª série
		34ª série (ou 35ª ano)	33ª série
		35ª série (ou 36ª ano)	34ª série
		36ª série (ou 37ª ano)	35ª série
		37ª série (ou 38ª ano)	36ª série
		38ª série (ou 39ª ano)	37ª série
		39ª série (ou 40ª ano)	38ª série
		40ª série (ou 41ª ano)	39ª série
		41ª série (ou 42ª ano)	40ª série
		42ª série (ou 43ª ano)	41ª série
		43ª série (ou 44ª ano)	42ª série
		44ª série (ou 45ª ano)	43ª série
		45ª série (ou 46ª ano)	44ª série
		46ª série (ou 47ª ano)	45ª série
		47ª série (ou 48ª ano)	46ª série
		48ª série (ou 49ª ano)	47ª série
		49ª série (ou 50ª ano)	48ª série
		50ª série (ou 51ª ano)	49ª série
		51ª série (ou 52ª ano)	50ª série
		52ª série (ou 53ª ano)	51ª série
		53ª série (ou 54ª ano)	52ª série
		54ª série (ou 55ª ano)	53ª série
		55ª série (ou 56ª ano)	54ª série
		56ª série (ou 57ª ano)	55ª série
		57ª série (ou 58ª ano)	56ª série
		58ª série (ou 59ª ano)	57ª série
		59ª série (ou 60ª ano)	58ª série
		60ª série (ou 61ª ano)	59ª série
		61ª série (ou 62ª ano)	60ª série
		62ª série (ou 63ª ano)	61ª série
		63ª série (ou 64ª ano)	62ª série
		64ª série (ou 65ª ano)	63ª série
		65ª série (ou 66ª ano)	64ª série
		66ª série (ou 67ª ano)	65ª série
		67ª série (ou 68ª ano)	66ª série
		68ª série (ou 69ª ano)	67ª série
		69ª série (ou 70ª ano)	68ª série
		70ª série (ou 71ª ano)	69ª série
		71ª série (ou 72ª ano)	70ª série
		72ª série (ou 73ª ano)	71ª série
		73ª série (ou 74ª ano)	72ª série
		74ª série (ou 75ª ano)	73ª série
		75ª série (ou 76ª ano)	74ª série
		76ª série (ou 77ª ano)	75ª série
		77ª série (ou 78ª ano)	76ª série
		78ª série (ou 79ª ano)	77ª série
		79ª série (ou 80ª ano)	78ª série
		80ª série (ou 81ª ano)	79ª série
		81ª série (ou 82ª ano)	80ª série
		82ª série (ou 83ª ano)	81ª série
		83ª série (ou 84ª ano)	82ª série
		84ª série (ou 85ª ano)	83ª série
		85ª série (ou 86ª ano)	84ª série
		86ª série (ou 87ª ano)	85ª série
		87ª série (ou 88ª ano)	86ª série
		88ª série (ou 89ª ano)	87ª série
		89ª série (ou 90ª ano)	88ª série
		90ª série (ou 91ª ano)	89ª série
		91ª série (ou 92ª ano)	90ª série
		92ª série (ou 93ª ano)	91ª série
		93ª série (ou 94ª ano)	92ª série
		94ª série (ou 95ª ano)	93ª série
		95ª série (ou 96ª ano)	94ª série
		96ª série (ou 97ª ano)	95ª série
		97ª série (ou 98ª ano)	96ª série
		98ª série (ou 99ª ano)	97ª série
		99ª série (ou 100ª ano)	98ª série
		100ª série (ou 101ª ano)	99ª série
		101ª série (ou 102ª ano)	100ª série
		102ª série (ou 103ª ano)	101ª série
		103ª série (ou 104ª ano)	102ª série
		104ª série (ou 105ª ano)	103ª série
		105ª série (ou 106ª ano)	104ª série
		106ª série (ou 107ª ano)	105ª série
		107ª série (ou 108ª ano)	106ª série
		108ª série (ou 109ª ano)	107ª série
		109ª série (ou 110ª ano)	108ª série
		110ª série (ou 111ª ano)	109ª série
		111ª série (ou 112ª ano)	110ª série
		112ª série (ou 113ª ano)	111ª série
		113ª série (ou 114ª ano)	112ª série
		114ª série (ou 115ª ano)	113ª série
		115ª série (ou 116ª ano)	114ª série
		116ª série (ou 117ª ano)	115ª série
		117ª série (ou 118ª ano)	116ª série
		118ª série (ou 119ª ano)	117ª série
		119ª série (ou 120ª ano)	118ª série
		120ª série (ou 121ª ano)	119ª série
		121ª série (ou 122ª ano)	120ª série
		122ª série (ou 123ª ano)	121ª série
		123ª série (ou 124ª ano)	122ª série
		124ª série (ou 125ª ano)	123ª série
		125ª série (ou 126ª ano)	124ª série
		126ª série (ou 127ª ano)	125ª série
		127ª série (ou 128ª ano)	126ª série
		128ª série (ou 129ª ano)	127ª série
		129ª série (ou 130ª ano)	128ª série
		130ª série (ou 131ª ano)	129ª série
		131ª série (ou 132ª ano)	130ª série
		132ª série (ou 133ª ano)	131ª série
		133ª série (ou 134ª ano)	132ª série
		134ª série (ou 135ª ano)	133ª série
		135ª série (ou 136ª ano)	134ª série
		136ª série (ou 137ª ano)	135ª série
		137ª série (ou 138ª ano)	136ª série
		138ª série (ou 139ª ano)	137ª série
		139ª série (ou 140ª ano)	138ª série
		140ª série (ou 141ª ano)	139ª série
		141ª série (ou 142ª ano)	140ª série
		142ª série (ou 143ª ano)	141ª série
		143ª série (ou 144ª ano)	142ª série
		144ª série (ou 145ª ano)	143ª série
		145ª série (ou 146ª ano)	144ª série
		146ª série (ou 147ª ano)	145ª série
		147ª série (ou 148ª ano)	146ª série
		148ª série (ou 149ª ano)	147ª série
		149ª série (ou 150ª ano)	148ª série
		150ª série (ou 151ª ano)	149ª série
		151ª série (ou 152ª ano)	150ª série
		152ª série (ou 153ª ano)	151ª série
		153ª série (ou 154ª ano)	152ª série
		154ª série (ou 155ª ano)	153ª série
		155ª série (ou 156ª ano)	154ª série
		156ª série (ou 157ª ano)	155ª série
		157ª série (ou 158ª ano)	156ª série
		158ª série (ou 159ª ano)	157ª série
		159ª série (ou 160ª ano)	158ª série
		160ª série (ou 161ª ano)	159ª série
		161ª série (ou 162ª ano)	160ª série
		162ª série (ou 163ª ano)	161ª série
		163ª série (ou 164ª ano)	162ª série
		164ª série (ou 165ª ano)	163ª série
		165ª série (ou 166ª ano)	164ª série
		166ª série (ou 167ª ano)	165ª série
		167ª série (ou 168ª ano)	166ª série
		168ª série (ou 169ª ano)	167ª série
		169ª série (ou 170ª ano)	168ª série
		170ª série (ou 171ª ano)	169ª série
		171ª série (ou 172ª ano)	170ª série
		172ª série (ou 173ª ano)	171ª série
		173ª série (ou 174ª ano)	172ª série
		174ª série (ou 175ª ano)	173ª série
		175ª série (ou 176ª ano)	174ª série
		176ª série (ou 177ª ano)	175ª série
		177ª série (ou 178ª ano)	176ª série
		178ª série (ou 179ª ano)	177ª série
		179ª série (ou 180ª ano)	178ª série
		180ª série (ou 181ª ano)	179ª série
		181ª série (ou 182ª ano)	180ª série
		182ª série (ou 183ª ano)	181ª série
		183ª série (ou 184ª ano)	182ª série
		184ª série (ou 185ª ano)	183ª série
		185ª série (ou 186ª ano)	184ª série
		186ª série (ou 187ª ano)	185ª série
		187ª série (ou 188ª ano)	186ª série
		188ª série (ou 189ª ano)	187ª série
		189ª série (ou 190ª ano)	188ª série
		190ª série (ou 191ª ano)	189ª série
		191ª série (ou 192ª ano)	190ª série
		192ª série (ou 193ª ano)	191ª série
		193ª série (ou 194ª ano)	192ª série
		194ª série (ou 195ª ano)	193ª série
		195ª série (ou 196ª ano)	194ª série
		196ª série (ou 197ª ano)	195ª série
		197ª série (ou 198ª ano)	196ª série
		198ª série (ou 199ª ano)	197ª série
		199ª série (ou 200ª ano)	198ª série
		200ª série (ou 201ª ano)	199ª série
		201ª série (ou 202ª ano)	200ª série
		202ª série (ou 203ª ano)	201ª série
		203ª série (ou 204ª ano)	202ª série
		204ª série (ou 205ª ano)	203ª série
		205ª série (ou 206ª ano)	204ª série
		206ª série (ou 207ª ano)	205ª série
		207ª série (ou 208ª ano)	206ª série
		208ª série (ou 209ª ano)	207ª série
		209ª série (ou 210ª ano)	208ª série
		210ª série (ou 211ª ano)	209ª série
		211ª série (ou 212ª ano)	210ª série
		212ª série (ou 213ª ano)	211ª série
		213ª série (ou 214ª ano)	212ª série
		214ª série (ou 215ª ano)	213ª série
		215ª série (ou 216ª ano)	214ª série
		216ª série (ou 217ª ano)	215ª série
		217ª série (ou 218ª ano)	216ª série
		218ª série (ou 219ª ano)	217ª série
		219ª série (ou 220ª ano)	218ª série
		220ª série (ou 221ª ano)	219ª série
		221ª série (ou 222ª ano)	220ª série
		222ª série (ou 223ª ano)	221ª série
		223ª série (ou 224ª ano)	222ª série
		224ª série (ou 225ª ano)	223ª série
		225ª série (ou 226ª ano)	224ª série
		226ª série (ou 227ª ano)	225ª série
		227ª série (ou 228ª ano)	226ª série
		228ª série (ou 229ª ano)	227ª série
		229ª série (ou 230ª ano)	228ª série
		230ª série (ou 231ª ano)	229ª série
		231ª série (ou 232ª ano)	230ª série
		232ª série (ou 233ª ano)	231ª série
		233ª série (ou 234ª ano)	232ª série
		234ª série (ou 235ª ano)	233ª série
		235ª série (ou 236ª ano)	234ª série
		236ª série (ou 237ª ano)	235ª série
		237ª série (ou 238ª ano)	236ª série
		238ª série (ou 239ª ano)	237ª série
		239ª série (ou 240ª ano)	238ª série
		240ª série (ou 241ª ano)	239ª série
		241ª série (ou 242ª ano)	240ª série
		242ª série (ou 243ª ano)	241ª série
		243ª série (ou 244ª ano)	242ª série
		244ª série (ou 245ª ano)	243ª série
		245ª série (ou 246ª ano)	244ª série
		246ª série (ou 247ª ano)	245ª série
		247ª série (ou 248ª ano)	246ª série
		248ª série (ou 249ª ano)	247ª série
		249ª série (ou 250ª ano)	248ª série
		250ª série (ou 251ª ano)	249ª série</

Assim, entende-se por pessoa ocupada:

- aquela que exerce um trabalho (não frequente ou habitual) durante o período da pesquisa;
- aquela que tem trabalho, mas durante o período da pesquisa não estava trabalhando por motivos de férias, licença, falta voluntária ao trabalho, greve, doença, má condição do tempo ou outro impedimento temporário, independentemente de sua vontade;
- aquela que fabrica em seu próprio domicílio doces, salgados, ou que efetue serviços de costureira etc.;
- aquela que trabalha em ajuda à instituição religiosa, beneficente ou de cooperativismo;
- aquela que trabalha como aprendiz ou estagiário;
- aquela que está afastada ou licenciada no máximo há 365 dias da empresa, inclusive de licença maternidade.

Já pessoa não ocupada é:

- aquela que está desempregada durante o período da pesquisa;
- os estudantes que não trabalham;
- os aposentados e pensionistas que não trabalham mais;
- donas de casas que cuidam exclusivamente do lar; e
- aquela que está afastada ou licenciada há mais de 365 dias.

Nota-se que há suficiente explicação que o entrevistado passa por questionamentos adicionais, sendo a combinação das informações que será utilizada para traçar o perfil de ocupado ou não ocupado. Conjectura que, por si só, não torna inverídico o perfil da pessoa entrevistada no questionário.

Logo, dadas as explicações acima, entende-se regular a pesquisa também neste quesito.

c) questionário que exclui eleitores, apenas por não terem votado nas últimas eleições, motivo que não impede a votação nesta oportunidade e ausência de confiabilidade e exclusão

Segundo o recorrente, o questionário possui um filtro que exclui eleitores aptos a votar tão somente por não ter votado nas eleições anteriores. Tal impeditivo desvirtuaria a pesquisa, vez que se mostra necessária a inclusão do percentual de eleitores desconsiderados pela mera abstinência de voto noutros pleitos.

Neste ponto, igualmente procede a pretensão recursal.

Isso porque o campo amostral da pesquisa é de discricionariedade do contratante, da empresa de pesquisa e do estatístico responsável. Não cabe à Justiça Eleitoral estabelecer critérios não estipulados pela lei. Razão pela qual, não há que se falar em irregularidade neste ponto.

d) fragilidade no sistema interno de “controle” e “conferência”

Por fim, o recorrente assevera que a lei exige três sistemas de controle da pesquisa, o que não foi



cumprido, fragilizando a segurança da pesquisa.

Verifica-se que há uma indicação específica do sistema interno de controle e verificação, conferência e fiscalização da coleta de dados e do trabalho de campo.

Consta do plano amostral que “Após os trabalhos de campo, os questionários são submetidos a uma fiscalização de cerca de 20% (vinte por cento) dos questionários aplicados pelos entrevistadores; para verificação das respostas e da adequação dos entrevistados aos parâmetros amostrais.”

A metodologia de verificação aplicável à pesquisa é de responsabilidade do estatístico e da empresa de pesquisa, não cabendo à Justiça Eleitoral se imiscuir na escolha da técnica.

Com isso, existindo um método capaz de realizar o controle, é suficiente para o cumprimento do art. 2º, V, da Resolução TSE nº 23.600/2019.

Nesse sentido:

EMENTA - ELEIÇÕES 2020. RECURSO ELEITORAL. IMPUGNAÇÃO DE PESQUISA. AGLUTINAÇÃO DE FAIXAS. METODOLOGIA DO INSTITUTO. ASSINATURA DO ESTATÍSTICO. INOVAÇÃO RECURSAL. SISTEMA INTERNO DE CONTROLE. REGISTRO SUCINTO. POSSIBILIDADE DE ACESSO. NÃO PROVIMENTO. 1. Não há vedação legal para a aglutinação de faixas de ponderação, desde que indicada a fonte oficial de onde extraídos os dados. Precedente fixado para as eleições 2020. 2. Cada instituto de pesquisas possui sua própria metodologia, decorrente da observação do comportamento da população, de modo que a mera aglutinação de faixas de ponderação não é, por si só, justificativa para que se vede a divulgação de uma pesquisa. 3. Insurgência quanto à inobservância de requisito formal, concernente à suposta falta de assinatura digital do estatístico responsável, que não foi deduzida em primeiro grau não pode ser conhecida em grau de recurso, pois vedada a supressão de instância. 4. **O registro sucinto de informações quanto ao sistema interno de controle, que não traz elementos suficientes quanto aos procedimentos adotados para a validação dos dados coletados no trabalho de campo, pode ser superado face à previsão de acesso aos seus dados concretos pelos legitimados.** 5. **Por estarem amparadas no direito de informação, que possui alçada constitucional, as pesquisas eleitorais só podem ter sua divulgação restringida caso demonstrado um vício concreto, não sendo suficientes ilações e conjecturas.** 6. Recurso conhecido e não provido. (TREPR, RE 06004497320206160188, Rel. Des. Thiago Paiva dos Santos, publicado em sessão em 13/11/2020).

EMENTA - ELEIÇÕES 2022. REPRESENTAÇÃO. PESQUISA ELEITORAL. EXCLUSÃO DE PRÉ-CANDIDATOS. VIOLAÇÃO À IGUALDADE DE GÊNERO. INCOMPATIBILIDADE QUANTO À SEGMENTAÇÃO REFERENTE AO NÍVEL ECONÔMICO. DIVERGÊNCIAS DE NOMES NO QUESTIONÁRIO. AUSÊNCIA DE SISTEMA INTERNO DE CONTROLE E CONFERÊNCIA. NÃO CONSTATAÇÃO DE VÍCIOS. REGULARIDADE DA PESQUISA. IMPROCEDÊNCIA DA REPRESENTAÇÃO. 1. Nos termos do art. 3º da Res.-TSE 23.600/2019, é somente a partir das publicações dos editais de registro de candidaturas que os nomes de todos os candidatos e candidatas deverão constar da lista apresentada aos entrevistados. 2. A estratificação da pesquisa quanto ao "sexo" em vez de "gênero" não interfere na regularidade da pesquisa, eis que está em consonância com a fonte oficial de dados disponibilizada pelo Tribunal Superior Eleitoral. 3. A utilização do critério "não informou" no questionário referente ao "nível econômico" não infringe o requisito inserto no art.



23, IV da Lei nº 9.504/1997, reproduzido pelo art. 2º, IV da Res.-TSE nº 23.600/2019, porque, caso o entrevistado se negue a responder a questão sobre seu nível econômico, a entrevista em referência será descartada, não sendo considerada na amostra. 4. O uso do nome completo em alguns momentos e apenas do sobrenome de pré-candidato em outros não é considerado irregular, na medida em que, perante o eleitorado, ambos identificam a mesma pessoa, conhecido político do Estado. 5. **A indicação do método utilizado para o sistema de controle e verificação, conferência e fiscalização é, em regra, suficiente ao atendimento do requisito exigido pelo art. 33, V da Res.-TSE nº 23.600/2019, não competindo à Justiça Eleitoral imiscuir-se na espécie de controle adotado pelo Instituto de Pesquisa.** 6. **Improcedência da Representação.** (RepEsp - REPRESENTACAO nº 060009814 - CURITIBA – PR, Acórdão nº 60829 de 04/07/2022, Relator Des. Roberto Ribas Tavamaro, DJE 07/07/2022).

Com isso, sendo certo que informações da pesquisa estão em conformidade com a legislação eleitoral, a manutenção da sentença improcedência do pedido deve ser mantida em sede recursal.

III – DISPOSITIVO

Ex positis, voto pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo-se inalterada a sentença de improcedência prolatada, nos termos supra.

MELISSA DE AZEVEDO OLIVAS

JUÍZA RELATORA

EXTRATO DA ATA

RECURSO (15090) Nº 0602113-53.2022.6.16.0000 - Curitiba - PARANÁ - RELATORA: DRA. MELISSA DE AZEVEDO OLIVAS - RECORRENTE: MOVIMENTO DEMOCRATICO BRASILEIRO - PARANA - PR - ESTADUAL - Advogados do RECORRENTE: LUIZ FERNANDO ZORNIG FILHO - PR27936-A, LUIZ GUSTAVO DE ANDRADE - PR35267-A, MIRIAM CIPRIANI GOMES - PR16759-A, CLAUDIA JACOB ROCKEMBACH - PR84130-A, FERNANDA RODRIGUES REIS - PR94610, RAFAEL BANNACH MARTINS - PR100687, LARISSA ANACLETO DO NASCIMENTO - PR109539, MARCELA SENISE DE OLIVEIRA MARTINS - PR112302, CARLA QUEIROZ - PR87815-A - RECORRIDO: INTELIGENCIA EM PESQUISA E CONSULTORIA LTDA - Advogados da RECORRIDA: ANDREI DIAS ANDRADE - PR43603, ANDRE DIAS ANDRADE - PR37504, NATALLIA LIMA SOUZA - SP307674 - RECORRIDA: SOCIEDADE RADIO EMISSORA PARANAENSE SA Advogados da RECORRIDA: RODRIGO XAVIER LEONARDO - PR0027175, AMANDA PERLI GOLOMBIEWSKI - PR0061714, JOAO PAULO CAPELOTTI - PR0056112.

DECISÃO

À unanimidade de votos, a Corte conheceu do recurso, e, no mérito, negou-lhe provimento, nos termos do voto da Relatora.



Presidência do Excelentíssimo Senhor Desembargador Wellington Emanuel Coimbra de Moura. Participaram do julgamento os Eminentíssimos Julgadores: Desembargador Fernando Wolff Bodziak, Rodrigo Otávio Rodrigues Gomes do Amaral, Desembargadora Federal Claudia Cristina Cristofani, Thiago Paiva dos Santos, José Rodrigo Sade e Melissa de Azevedo Olivas. Presente a Procuradora Regional Eleitoral, Mônica Dorotéa Bora.

SESSÃO

DE 05.09.2022.

